

1 Às nove horas do dia treze de abril de dois mil e vinte e um iniciou a Assembleia Geral Ordinária,  
2 pelo meet (plataforma de reunião por vídeo), devido às regras de isolamento social, diante da  
3 pandemia da covid-19. Para registrarmos os nomes dos presentes utilizamos o chat e o registro  
4 de pessoas que consta no aplicativo: Cássia Galdino, Aline Alves, Alex Tadeu Alves Rosa, Hidely  
5 do Nascimento, Neila Meire Eleutério, Thais Affonso, Christiane Albuquerque, Ana Izabel Graziani  
6 Fraga, Eliza Montrezol, Ana Carolina Tani kader; Lilia Sampaio de Souza Pinto, Flávia Valentino,  
7 Sheila Rezende, Tais Aguiar e Heloisa Helena de Sousa Moreira Ramos. Após os cumprimentos,  
8 o presidente iniciou a assembleia: **Item 1) Leitura e aprovação da ata anterior.** Será marcado  
9 uma AGE para discussão e apreciação. **Item 2) Encaminhamento e retorno sobre as ILPI.** O  
10 cargo de coordenador municipal do idoso, elaborar/revisitar o decreto coordenadoria do idoso,  
11 determinando. Foi apresentado as funções e competes da Coordenadora Ana Bianca em  
12 resposta a solicitação da Conselheira Hidely. Frente a dificuldade de ação da Coordenadoria,  
13 levantou-se a possibilidade do GTT. Proposta construção GTT – Grupo técnico de trabalho de  
14 envelhecimento. Grupo técnico de trabalho do governo, sem a participação do Conselho do  
15 Idoso. Com a possibilidade de participação de todas as secretarias do governo, no seguimento  
16 envelhecimento. Foi ponderado que no passado em 2012 existia um GGT, que culminou no  
17 fortalecimento para criação da coordenadoria do idoso. Foi levantada a possibilidade a  
18 participação do GTT da sociedade civil. Discutido que nesse momento a proposta do grupo  
19 técnico representa a organização, e resposta da administração pública, frente aos serviços para  
20 o idoso no município de Santos, que contribua com a discussão de ILPI. Ressaltado que os GT  
21 de trabalho da administração pública já acontecem nos conselhos, e a sociedade civil participa  
22 como ouvinte. Importante colocação sobre a sociedade civil como ouvinte nos grupos. Sobre as  
23 ILPIS e o CMI – reunião com a vigilância sanitária – para encaminhamentos a futuras questões  
24 que possam surgir e estão surgindo referente às ILPIs. Pois é necessário a integração para que  
25 se construa uma Rede de suporte a Pessoa Idosa. **Item 3) Capacitação e Formação dos**  
26 **Conselheiros.** Formação começando em maio durante a nossa AGO, será convidado outros  
27 atores e conselhos, criação e fortalecimento a pessoa idosa. Sabemos que a política da criança  
28 e adolescente se fortaleceu a partir do fortalecimento da rede. Capacitação e formação – maio  
29 até outubro – sempre na GO, 06 de outubro seminário - Conselho nacional do idoso, tema  
30 desestruturação da política do idoso, política de desconstrução. A ideia na próxima GO até  
31 outubro que materializa com o seminário, culmine com um grande evento de lançamento do CMI.  
32 Sobre os encaminhamentos na AGO considerando os cursos de capacitação e formação, nas  
33 reuniões da AGO, ressaltado que as reuniões precisam ser objetivas, proposta: formação de 1  
34 hora, Apresentação e discussões 1h de formação, a participação de todos, estimula a criação da  
35 rede de proteção do idoso. Proposta envolvimento da EMASF no processo, inclusive para  
36 certificar os conselheiros. **Item 4) Relatos da Diretoria Executiva.** Resolução normativa – rever

37 as resoluções normativas anteriores, definir o mínimo de conhecimento e entendimento referente  
38 o seguimento idoso para certificação. Resolução anterior a esta gestão, verificar para  
39 publicação. Resolução anterior foi deliberada só não foi publicada, então a resolução precisa ser  
40 discutida em AGE específica. Reunião do dia 26, convocação de todas as inscritas. Resolução  
41 foi aprovada e publicada RN de inscrição foi publicada em 15/12/2020 foram com os anexos.

42 **Item 5) Relatos das Câmaras Setoriais.** A coordenadora da câmara de planejamento relata que  
43 foi discutido por todas as integrantes da Câmara de Planejamento, falta de visitas na ILPIS para  
44 realização do certificado, sugestões maiores aproximação com os contatos das ILPIS. Certificado  
45 e visita de fiscalização por conta da COVID19 – Fazer uma visita remota, com a instituição, não  
46 substituí a visita, porém são as possibilidades do momento. Medida do conselho em emitir  
47 certificado sem a visita de avaliação – momento crise sanitária COVID19. Resolução normativa  
48 – emissão do certificado sem a visita de fiscalização; publicidade DO. Adendo obrigatoriedade  
49 de um encontro anual ILPIS, Câmara de legislação: encaminhasse mensalmente lista das ILPIS  
50 ocupadas. Integrar mais as câmaras – novos conselheiros integrar as câmaras, troca de  
51 câmaras. Câmara de legislação – fundo – deliberar sobre o seminário, diagnóstico, capacitação,  
52 formação. Câmara de fiscalização: 26 de fevereiro – fiscalização – qual o encaminhamento,  
53 retorno, demora da devolutiva, para que a gente possa trazer resultado. Combinados durante a  
54 visita da fiscalização, retorno, fluxos, informações, angústias do grupo da fiscalização. Fortalecer  
55 as outras câmaras e principalmente integrar as câmaras. Fechar as ações entre as câmaras, a  
56 câmara de planejamento precisa do funcionamento da câmara de fiscalização junto. Próxima  
57 discussão na câmara de legislação 22 /04 as 9:00 reunião câmara legislação. Encaminhamento:  
58 Próxima reunião AGO CMI participação do Armando da vigilância sanitária, discussão ILPS. **Item**  
59 **6) Assuntos Gerais.** Formalização do ofício, para secretaria de desenvolvimento social,  
60 demanda reprimida ILPI, informação a nível de CMI, assim como conversamos com a Secretaria  
61 de Saúde referente a vacinação. Trazer as informações sobre demanda reprimida (ofício  
62 encaminhado). Importante se atentar ao Portal da transparência – 2019 – idoso,  
63 ILPI/atendimento/vaga/lista de espera. Mensalmente informar na AGO as vagas, tantas vagas,  
64 tantas vagas ocupadas, demanda reprimida, tanto para ILPI quanto para república. A nova  
65 conselheira representante da SEDS, como facilitadora da comunicação com a secretaria.  
66 Vacinação 67+, disposição das informações no cronograma de vacinação sobre os professores  
67 que não tem 47+, e não tem comorbidades. A disponibilidade do cadastro no vacine já, liberado  
68 para professores que tem 47+. Proposta de Participação dos membros do CMI na audiência  
69 pública de orçamento no município, levar a discussão sobre reserva e investimentos para pessoa  
70 idosa. Além ILPI como proposta do coletivo na audiência. Ressalta a importância de mais  
71 conselheiros participarem para se pensar na alocação de recursos para pessoa idosa; A  
72 importância da participação e discussão do recurso público. Sugestão, consulta das metas de



## Conselho Municipal do Idoso de Santos

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 791/91, REFORMULADA PELAS  
LEIS MUNICIPAIS 1615/97, 2.498/07, 2.584/08 E 2.692/10

CONSELHO MUNICIPAL DO  
**IDOSO DE SANTOS**

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

73 governo para os próximos 04 anos, para argumentação na discussão. Além do coletivo ter  
74 acesso as metas de governo para o período. Discussão do e-mail CMI com cópia - sobre vaga e  
75 procedimento cirúrgico, demora no atendimento, e no processo o idoso foi diagnosticado com  
76 COVID19. Encaminhamento: Próxima reunião AGO CMI participação do Armando da vigilância  
77 sanitária, discussão ILPS. Não havendo mais nenhum assunto, a reunião foi finalizada. O  
78 presidente e a primeira secretária assinam esta ata.

79

80

81

82 \_\_\_\_\_  
83 Paulo Henrique M L Ferreira  
Presidente

82 \_\_\_\_\_  
83 Kelly Ferracini  
1ª secretária